

UNIÃO DE FORÇAS AÇÃO ENVOLVE PROFISSIONAIS DO ESPÍRITO SANTO E DE MINAS GERAIS

Lançado plano de fiscalização para preservação do Rio Doce

Técnicos fazem mapeamento prévio dos 19 pontos críticos em áreas urbanas e rurais

NILO TARDIN

COLATINA. A identificação de problemas ambientais ao longo do Rio Doce em território capixaba marcou o lançamento do Plano de Fiscalização Preventiva Integrada (FPI), que une os Conselhos Regionais de Arquitetura e Agronomia (Crea) do Espírito Santo e Minas Gerais.

O mapeamento prévio dos 19 pontos críticos existentes nas áreas urbanas e rurais, realizado com auxílio de um helicóptero, objetiva dar condições aos inspetores de chegar até as áreas afetadas. A apresentação da FIP Rio Doce aconteceu no plenário da Câmara dos Vereadores de Colatina.

Os engenheiros capixabas e mineiros querem contribuir efetivamente na revitalização dos quase 900 quilômetros do Rio Doce. O esforço pela conservação da água ganhou adesões de peso como Agência Nacional de Águas (ANA), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo (Iema) entre outros.

O saldo das inspeções serão apresentados no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce).

As experiências mineiras bem-sucedidas na bacia do São Francisco, dos rios Piran-

RIO DOCE
(Preservação dos rios)

AJ13835

As experiências mineiras-bem-sucedidas na bacia do São Francisco, dos rios Piranga e Casca sub-bacias do Rio Doce foram relatadas pelo engenheiro Odair Santos Jr, do CREA de Minas Gerais. Entre as quais, a preservação de sítios históricos com mais de seis mil anos e também a correção de zonas degradadas com intervenção do Ministério Público.

O presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) do Espírito Santo, Sílvio Ramos, destaca que as ações irão verificar o consumo de água na irrigação, construção de barragens, destinação de lixo e dejetos industriais, atividades de mineração, hidrelétricas entre outros empreendimentos que resultem em impactos ambientais.

“Neste momento, o trabalho visa orientar e educar. Um relatório após cada inspeção será elaborado para que providências sejam tomadas e prazos sejam estipulados, se depender, com ajuda dos Promotores de Justiça”, disse Ramos.

No Espírito Santo, 28 municípios estão inseridos na área de abrangência da Bacia do Rio Doce.

Sobrevôo revela áreas crítica

Entre as causas da degradação ambiental vistas durante as dez horas de vôo de helicóptero intercalado foram apontadas no diagnóstico a ocupação desordenada do solo, destaca Flávio de La Rocca, da equipe de fiscalização CREA-ES. Além disso, foram encontrados desmatamentos que provocam erosões e desertificação de zonas interioranas, concentrações urbanas e industriais que contaminam a água com esgotos, além do lixo atirado às margens do rio e afluentes. O promotor ambiental de Justiça de Colatina, Paulo Robson, que participou da inspeção aérea notou a gravidade do processo de assoreamento do Rio Doce.